



11161428



08011.000046/2017-68



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Secretaria-Executiva
Coordenação-Geral de Gestão Estratégica e Inovação Institucional

Memória de Reunião
Comitê de Governança Estratégica - CGE

| | | |
|----------------------|---|--------------|
| DATA: | 04/03/2020 | |
| LOCAL: | Ministério da Justiça e Segurança Pública, Ed. Sede, 4º andar, Sala de Retratos | |
| PARTICIPANTES | NOME | ÓRGÃO |
| 1. | Flávia Cecília Maceno Blanco | GM |
| 2. | Luiz Pontel de Souza | SE |
| 3. | Washington Leonardo Guanaes Bonini | SE |
| 4. | Cláudio Antônio de Almeida Py | AECI |
| 5. | Lucas Alves de Lima Barros de Góes | AFEPAR |
| 6. | Fernanda Regina Vilares | AEAL |
| 7. | Vladimir Passos de Freitas | SENAJUS |
| 8. | Fabiano Bordignon | DEPEN |
| 9. | Neide Alves Dias de Sordi | AN |
| 10. | David de Lima Freitas | SPO |
| 11. | Carlos Alberto dos Santos Silva | AECI |
| 12. | Ivan Gomes Bonifácio | SENAJUS |
| 13. | Freibergue Rubem do Nascimento | SENASP |
| 14. | Vinícius Oliveira Braz Deprá | SEOPI |
| 15. | Claudete Terezinha Trapp | CGGE |

| | | |
|-----|---------------------------------|---------|
| 16. | Aline Rosa Roriz | CGGE |
| 17. | Juliana Coelho Antero | CGGE |
| 18. | Elisa Rachadel Andrijic Petro | CGGE |
| 19. | Matheus Felipe Gomes Galvão | SE |
| 20. | Miguel Lodi Carvalho | SENAD |
| 21. | Helena Melo Moura | SENAD |
| 22. | Giovanni Magliano | SENAD |
| 23. | Annalina Trigo | SENAJUS |
| 24. | Luiz Alberto Matos dos Santos | SENAJUS |
| 25. | Leonardo Soares Barreiros | SE |
| 26. | Alexandre Patury | SENAJUS |
| 27. | Andre Zaca Furquim | SENAJUS |
| 28. | Leonardo Bueno de Melo | DTIC |
| 29. | Débora de Souza Januário | SAA |
| 30. | João Pinto Rosa | FUNAI |
| 31. | Diogo Dominici Soriano | SENAD |
| 32. | José Washington L. Santos | SEOPI |
| 33. | Alfredo José de Souza Junqueira | PF |
| 34. | David Menegon | SENACON |
| 35. | Ciro Ferreira | PRF |
| 36. | Vinicius Eloy dos Reis | CADE |
| 37. | Lívia de Paula M. Pereira | ASINT |
| 38. | João Bosco Teixeira | CONJUR |
| 39. | Kátia de Q. D. Baroni | OUV |
| 40. | Renata Martinelli | ASCOM |
| 41. | Cristiane Sales | ASCOM |
| 42. | Caroline Muniz | ASINT |
| 43. | Marcelo Stelmacki | DEPEN |

| | | |
|-----|----------------------------------|---------|
| 44. | Eduardo Muniz | PRF |
| 45. | Leonardo Bernardes | SENACON |
| 46. | Fernanda Carvalho Andrade Campos | FUNAI |
| 47. | Leonardo de Melo Costa | CGGE |
| 48. | Charles Gonçalves | SENASP |
| 49. | Andrezza Klug | GM |
| 50. | Zaira Spohr | SPO |

PAUTA:

1. Abertura;
2. Informes GM;
3. Validação da revisão do Planejamento Estratégico 2020-2023;
4. Informes SPO;
5. Monitoramento do Planejamento Estratégico - panorama de projetos e indicadores em janeiro/2020: SENASP, SENAJS e DEPEN;
6. Informe SAA;
7. Gestão de riscos, gestão de integridade e controle interno;
8. Encaminhamentos.

DELIBERAÇÕES

1. Com a abertura do Secretário- Executivo, Sr. Luiz Pontel, a pauta da reunião foi apresentada aos presentes.
2. Em seguida, passou a palavra para a Chefe de Gabinete do Ministro, Sra. Flávia Blanco, a qual noticiou sobre o acompanhamento pela Casa Civil de determinados projetos do Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP, considerados projetos prioritários pela Presidência da República. Por esse motivo, informações vêm sendo solicitadas às unidades para fins de atualização e formulação da Agenda Mais Brasil, que consistirá na prestação de informações para a comunidade por meio de um portal eletrônico, onde o cidadão poderá se cadastrar e recebê-las via WhatsApp. Dessa forma, solicitou às áreas comprometimento e compreensão para demandas que tiverem necessidade de resposta tempestiva.
3. Logo após, o Sr. Helvio Peixoto informou sobre a nova iniciativa no Ministério, e parte do projeto estratégico "Inteligência analítica aplicada no combate à corrupção, lavagem de dinheiro e em ações de segurança pública". Trata-se de curso de formação em especialista de dados (*Coding Bootcamp*), com capacidade analítica, que tem como objetivo a compreensão de conceitos de programação, algoritmos e análise de dados para servidores que não possuem formação na área de tecnologia da informação. Será um curso intensivo, em parceria com a Enap, ofertado aos servidores em situação funcional de ativo permanente dos órgãos e das entidades vinculadas ao MJSP (servidores "da casa"), com duração de três meses em tempo integral. Inicialmente, o curso disponibilizará 08 (oito) vagas, com possibilidade de serem ampliadas de acordo com a adesão. Comunicou que processo SEI específico será enviado às unidades solicitando a indicação de um servidor a ser formado no curso. Tal servidor será, portanto, considerado referência em *Big Data* na área.
4. Na sequência, o Subsecretário de Planejamento e Orçamento substituto, Sr. David Freitas, apresentou sobre o processo de Revisão do Planejamento Estratégico 2020-2023. A referida

revisão foi realizada entre os meses de janeiro e fevereiro de 2020. Primeiramente, o escopo da revisão consistia apenas em ajustes nos cronogramas (revisão de entregas, atividades e datas). No entanto, foi acrescentada, em momento posterior, excepcionalmente, a possibilidade de ajustes pontuais em metas e proposição de novos projetos. Informou que, após encerrado o prazo, as alterações sugeridas pelas unidades foram previamente analisadas e validadas pelo Gabinete do Ministro - GM e pela Secretaria-Executiva - SE, bem como submetidas à apreciação dos titulares e dos pontos focais com o envio dos documentos, via e-mail em 26 de fevereiro de 2020.

5. Tendo como referência os documentos disponibilizados, o Secretário-Executivo, Sr. Luiz Pontel, submeteu a revisão do Planejamento Estratégico 2020-2023 para deliberação do Comitê de Governança Estratégica - CGE, aprovada sem ressalvas.
6. O Subsecretário de Planejamento e Orçamento substituto, Sr. David Freitas, tratou ainda sobre a Carteira de Políticas Públicas, em que foi realizado trabalho de mapeamento das políticas públicas da Fundação Nacional do Índio – FUNAI. A atualização da carteira de políticas públicas contou, portanto, com a inclusão de 11 políticas sob responsabilidade da área. Após explanação, o Sr. Luiz Pontel conduziu a validação do documento junto aos membros do Comitê, sendo aprovada a alteração a carteira de políticas públicas do MJSP.
7. Finalizando a pauta da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento, o Sr. David Freitas informou sobre a votação dos vetos da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2020 e seus impactos na gestão do orçamento do MJSP.
8. Dando continuidade à pauta, o monitoramento do Planejamento Estratégico 2020-2023 foi realizado a partir da explanação do andamento dos projetos estratégicos selecionados em reunião anterior, bem como dos resultados de alguns indicadores. A Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP, por meio do Secretário Adjunto, Sr. Freibergue do Nascimento, iniciou a apresentação com o projeto Em Frente Brasil e o indicador Percentual de municípios com alto índice de violência que implantaram a metodologia de enfrentamento à criminalidade violenta. O referido projeto encontra-se com andamento satisfatório, com a elaboração de 200 ações a serem entregues aos estados e às prefeituras para validação, sendo selecionada uma ação prioritária por cidade (totalizando cinco) para dar início à segunda fase do projeto. Dentre as cinco ações escolhidas, uma será selecionada para ser realizado evento com a presença do Presidente da República. Quando da segunda fase, mais cinco ações serão escolhidas para manter a impulsão. O indicador, por sua vez, foi estabelecido para o ciclo de Planejamento Estratégico 2020-2023, com periodicidade semestral, não apresentando coleta até o momento da reunião. Coube, no entanto, registrar o engajamento dos municípios em relação ao enfrentamento à criminalidade violenta.
9. Em seguida, a Secretaria Nacional de Justiça – SENAJUS, por meio da Diretora do Departamento de Promoção e de Políticas de Justiça, Sra. Annalina Trigo, fez a exposição do projeto Reestruturação da Estratégia Nacional de Não Judicialização – ENAJUD para Estratégia Nacional de Políticas de Justiça – EJUS. Dentre as atividades previstas em seu cronograma, apenas uma não foi terminada, apresentando conclusão de 90%. O projeto tem como objetivo a modernização do sistema de justiça, a democratização do acesso à justiça e a promoção da cidadania. A Estratégia idealiza ser um ambiente de articulação em que seus atores se relacionem e possam conjuntamente encontrar soluções para os problemas reais. No ano de 2019, duas políticas foram escolhidas como prioritárias na EJUS, que se tornaram dois pactos assinados por diversos ministérios: o Pacto Nacional pela Escuta Protegida – visa evitar a revitimização de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência; e o Pacto pelas Mulheres – voltado para evitar a violência contra a mulher. O Pacto Nacional pela Escuta Protegida envolveu as ações de elaborar minuta de fluxo geral, a partir de reuniões bilaterais com os órgãos e entidades envolvidos, bem como discutir e aprovar a adoção do fluxo geral para que todos os atores tenham consenso mínimo para que se consiga alcançar o objetivo do pacto em questão. Já no âmbito do Pacto pelas Mulheres, diversas ações foram realizadas, dentre elas: apresentações de proposta normativa ao Ministro da Justiça e Segurança Pública; apoio a aprovação de projetos em tramitação no Congresso Nacional; mapeamento de boas práticas e geração de renda; lançamentos de campanhas em mídias sociais do MJSP; operação Marias, com mandados de prisão ?; capacitação de agentes de segurança

pública. No que diz respeito ao indicador Solicitações de autorização de residência para fins laborais e de investimento decididas, o Coordenador-Geral de Imigração Laboral, o Sr. Luiz Alberto Santos, destacou alguns aspectos importantes de sua execução no ano de 2019, uma vez que o indicador permanece no ciclo do Planejamento Estratégico 2020-2023, com alterações na descrição da meta. No entanto, a coleta referente ao mês de janeiro não havia sido realizada até a ocasião. Em 2019, com meta prevista para 80%, o resultado obtido até dezembro foi de 88% de processos decididos, representados por um total de 34.768 decisões e solicitações de decisões de residências, realizadas em sua maioria por empresas. Informou também que cada solicitação de residência possui uma taxa de processamento e avaliação de R\$ 168,13 em que cada interessado deve recolher junto ao Tesouro Nacional, resultando em 2019 em uma arrecadação de R\$ 6.357.371,36. Trouxe também as principais nacionalidades solicitantes de autorização, com destaque para China e Filipinas.

10. Na sequência, o Diretor-Geral do Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN, o Sr. Fabiano Bordignon, apresentou o indicador Pessoas privadas de liberdade envolvidas em atividades laborais. O referido indicador foi mantido do ciclo de planejamento anterior para o ciclo do Planejamento Estratégico 2020-2023. No entanto, assim como observado com os demais indicadores apresentados na reunião, a coleta referente ao mês de janeiro não havia sido realizada. Dessa forma, foram apresentados os dados de 2019, cuja meta para o indicador era de 150.000 pessoas trabalhando, com uma população carcerária de 773.151 presos, com um alcance de 143.561 pessoas no primeiro semestre de 2019. Já para o novo ciclo de planejamento estratégico, a meta é de 275.000 pessoas em atividades laborais até 2023. Explicou ainda que a cada três dias de trabalho, há um dia de remissão (um dia a menos na prisão). Passando a palavra ao Coordenador-Geral de Inteligência Penitenciária, o Sr. Marcelo Stelmacki falou sobre o projeto Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional – SISDEPEN e seus principais produtos. Projeto existente desde 2015, o SISDEPEN passou por diagnóstico, análise e reformulação de suas políticas no ano de 2019, dividido em três eixos: i) SISDEPEN estatística – módulo de formulário eletrônico declarativo preenchido pelos diretores de unidades prisionais e validados pelo gestor estadual. As informações preenchidas, por sua vez, alimentam painéis de BI, disponível no site do DEPEN, permitindo maior transparência ativa; ii) SISDEPEN gestão – selo de gestão qualificada de serviços penais (*ranking* das unidades prisionais), que leva em consideração quesitos estabelecidos pelo DEPEN para realizar a classificação, tendo como base os dados do SISDEPEN. Cabe destacar que este produto ainda não foi lançado, e será posteriormente disponibilizado no site do Departamento; e iii) SISDEPEN indivíduos – consolidação das bases de dados de todo o sistema penitenciário brasileiro dos estados. O desenvolvimento do eixo ainda está em andamento, com 71% da população ativa na base. Trata-se de produto sigiloso e seu painel não será disponibilizado externamente por se tratar de dados pessoais.
11. Dando continuidade à pauta, a Subsecretária de Administração substituta, Sra. Débora Januário, versou sobre a elaboração do Plano Anual de Contratações 2021. Nesse sentido, os órgãos deverão planejar suas contratações e encaminhar para o Ministério da Economia, após a aprovação da autoridade máxima do órgão, até o prazo de 30 abril de 2020. O cronograma de construção do Plano 2021 foi aprovado por todas as unidades presentes em reunião do Comitê de Governança Administrativa – CGA, em 05 de fevereiro, e encaminhado via Ofício-Circular para ciência de todas as áreas do Ministério quanto ao início dos trabalhos. Pediu ainda a colaboração e a atenção das unidades para que as informações sejam enviadas de forma completa, de modo a possibilitar a consolidação adequada e a realização de um planejamento a ser efetivamente cumprido. O processo encontra-se em fase de inclusão de demandas das unidades em formulário disponibilizado e no Sistema Planejamento e Gerenciamento de Contratações – PGC.
12. Na sequência, o Assessor Especial de Controle Interno, Sr. Cláudio Py, versou sobre a Consultoria da Controladoria-Geral da União – CGU e as próximas etapas em curso. Informou que a Minuta do Plano Nacional de Segurança Pública – PNSP já foi submetida à análise e validação da alta administração do Ministério, e se encontra em processo de ajuste após considerações do Ministro da Justiça e Segurança Pública e do Secretário-Executivo. Após as adequações solicitadas, possivelmente, na primeira quinzena de março, o documento será disponibilizado para consulta

pública. Com relação ao Programa de Integridade, a Assessoria Especial de Controle Interno – AECI está analisando os gerenciamentos de riscos elaborados por todas as unidades, com previsão de serem realizados eventuais ajustes. Acerca dos Pilotos de Risco, comunicou o início dos trabalhos na Polícia Rodoviária Federal – PRF, e posteriormente na Polícia Federal – PF. Já sobre o Relatório de Gestão exercício 2019 foi apresentado a todos na reunião o documento que está em elaboração, em um panorama geral, para conhecimento de seu *layout* e de determinadas informações contidas no relatório. O Assessor Especial enfatizou ainda para que as unidades enviem as pendências de informações solicitadas com a maior brevidade possível, uma vez que o prazo de resposta já se findou.

13. Por fim, o Secretário-Executivo Adjunto, Sr. Washington Bonini, mencionou que as unidades responsáveis pela apresentação de projetos e de indicadores na próxima reunião serão: GM (Projeto Inteligência analítica aplicada no combate a corrupção, lavagem de dinheiro e ações de segurança); Secretaria Nacional do Consumidor – SENACON (Projeto Disponibilização do Sistema Recall.gov.br) e um indicador a escolha; e Secretaria de Operações Integradas – SEOPI (Projeto Sistema inteligente de Consciência Situacional) e um indicador a escolha.
14. Complementarmente, a Coordenadora-Geral de Gestão Estratégica e Inovação Institucional, Sra. Claudete Trapp, enfatizou a importância da assinatura das atas de reunião do CGE pelos titulares das unidades, pois garante a celeridade em todo o processo de disponibilização e promoção da transparência de informações do Sistema de Governança no site do MJSP.



Documento assinado eletronicamente por **Claudete Terezinha Trapp, Coordenador(a)-Geral de Gestão Estratégica e Inovação Institucional**, em 16/03/2020, às 11:43, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **ALINE ROSA RORIZ, Administrador(a)**, em 16/03/2020, às 11:44, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **ELISA RACHADEL ANDRIJIC PETRO, Administrador(a)**, em 16/03/2020, às 11:45, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **JULIANA COELHO ANTERO, Chefe da Divisão de Planejamento, Processos e Apoio à Governança**, em 16/03/2020, às 11:46, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Neide Alves Dias De Sordi, Usuário Externo**, em 16/03/2020, às 12:33, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Alfredo José de Souza Junqueira, Usuário Externo**, em 16/03/2020, às 16:36, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **CIRO VIEIRA FERREIRA, Usuário Externo**, em 16/03/2020, às 16:50, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.

Documento assinado eletronicamente por **FLÁVIA CECÍLIA MACENO BLANCO, Chefe de Gabinete do Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública**, em 16/03/2020, às 18:14, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Luciano Benetti Timm, Secretário(a) Nacional do Consumidor**, em 16/03/2020, às 18:22, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Leonardo Bernardes Soares, Assistente Técnico(a)**, em 16/03/2020, às 18:27, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Rosalvo Ferreira Franco, Secretario(a) de Operações Integradas**, em 16/03/2020, às 18:44, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **DEBORA DE SOUZA JANUARIO, Coordenador(a)-Geral de Licitações e Contratos**, em 16/03/2020, às 19:17, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **VINÍCIUS OLIVEIRA BRAZ DEPRÁ, Servidor(a) Mobilizado(a) da Secretaria de Operações Integradas**, em 16/03/2020, às 21:41, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Giovanni Magliano Júnior, Diretor(a) de Gestão de Ativos**, em 16/03/2020, às 21:50, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **FREIBERGUE RUBEM DO NASCIMENTO, Secretário(a) Adjunto(a) da Secretaria Nacional de Segurança Pública**, em 16/03/2020, às 22:13, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Caroline Barbosa Muniz, Coordenador(a) de Assuntos Internacionais**, em 17/03/2020, às 07:38, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Claudio Antônio de Almeida Py, Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno**, em 17/03/2020, às 09:37, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Diogo Dominici Soriano, Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas**, em 17/03/2020, às 10:13, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **HELENA MELO MOURA, Coordenador(a) de Administração**, em 17/03/2020, às 10:30, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **LIVIA DE PAULA MIRANDA PEREIRA FRAUCHES, Coordenador(a)-Geral de Assuntos Internacionais**, em 17/03/2020, às 11:55, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.

Documento assinado eletronicamente por **Andre Zaca Furquim, Diretor(a) do Departamento de Migrações**, em 17/03/2020, às 13:33, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **DAVID MENEGON, Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional do Consumidor**, em 17/03/2020, às 13:53, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Fabiano Bordignon, Diretor(a)-Geral do Departamento Penitenciário Nacional**, em 17/03/2020, às 14:47, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Fernanda Regina Vilares, Chefe da Assessoria Especial de Assuntos Legislativos**, em 17/03/2020, às 17:52, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Vladimir Passos de Freitas, Secretário(a) Nacional de Justiça**, em 17/03/2020, às 19:56, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Zaira Spohr, Chefe da Divisão de Apoio**, em 19/03/2020, às 10:27, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **DAVID DE LIMA FREITAS, Subsecretário(a) de Planejamento e Orçamento**, em 19/03/2020, às 13:32, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **LUIZ PONTEL DE SOUZA, Secretário(a)-Executivo(a) do Ministério da Justiça e Segurança Pública**, em 19/03/2020, às 14:46, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **WASHINGTON LEONARDO GUANAES BONINI, Secretário(a)-Executivo(a) Adjunto(a)**, em 19/03/2020, às 18:16, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Jose Washington Luiz Santos, Secretário(a) Adjunto(a) da Secretaria de Operações Integradas**, em 23/03/2020, às 10:16, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Vinicius Eloy dos Reis, Usuário Externo**, em 23/03/2020, às 14:44, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **KATIA DE QUEIROZ DOMINGUES BARONI, Assistente Técnico(a)**, em 24/03/2020, às 13:13, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **ANDREZZA CRISTINA CARDOS DE OLIVEIRA KLUG, Assessor(a) do Gabinete do Ministro**, em 25/03/2020, às 16:36, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.

Documento assinado eletronicamente por **LUCAS ALVES DE LIMA BARROS DE GOES, Chefe da Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares**, em 30/03/2020, às 16:04, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Leonardo Bueno de Melo, Coordenador(a)-Geral de Gestão de Governança de TIC**, em 07/04/2020, às 16:33, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **11161428** e o código CRC **8AE3A6EA**.
O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/ acesso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Referência: Processo nº 08011.000046/2017-68

SEI nº 11161428